

Barreto pede estrutura para melhorar o serviço de saúde

BRASÍLIA — Maiores obstáculos a implantação de um sistema mais justo e eficiente de serviços falta de recursos, precariedade das comunicações, falta de dados, despreparo técnico — e sim a falta de uma decisão firme por parte do governo federal no sentido de criar estruturação física e recursos humanos estatais capazes de viabilizar um verdadeiro atendimento à população brasileira a afirmação é do deputado Jaison Barreto (MDB-SC), vice-presidente da Comissão de Saúde da Câmara.

“A iniciativa privada na opção do deputado caberia suplementar a ação do Estado, cobrindo de maneira sofisticada a parcela da população com posses. Quanto às populações rurais e aos grupos populacionais urbanos de baixa renda, só a ação enérgica e abrangente do governo poderia solucionar seus problemas de saúde. “E acrescentou as indecisões do governo tem conseguido apenas desagradar médicos, hospitais e população em prejuízo de todos”.

Enquanto o salário mínimo for insuficiente para o trabalhador e sua família, continuaremos tendo índices altos de desnutrição, explica Jaison Barreto. E este problema não se resolve distribuindo alimentos gratuitos através do Instituto Nacional de Alimentos aos deserdados e outra medida paliativa, fruto do “complexo de culpa” dos nossos governantes.

Ele acha que “não será por meio de ações dirigidas especificamente contra algumas doenças, ou pela organização de certos instrumentos de produção de serviços sanitários ou médicos que se conseguia modificar a saúde de um povo, seu estado sanitário ou mesmo reduzir a incidência das doenças e da invalidez. Nem mesmo o povo mais rico do mundo poderia consertar a varejo, o que se permite danificar por atacado.

AUTONOMIA

“A CEME, criada para sistematizar toda a ação do governo

na área dos medicamentos, orientada para o desenvolvimento tecnológico do setor, além da produção e distribuição de remédios às populações de baixa renda, ao ser desmembrada ficou sem autonomia. Pertencendo, ao mesmo tempo, ao Ministério da Previdência Social e ao Ministério de Indústria e do Comércio, a CEME perdeu a visão global do problema-medicamentos, representando, assim, um retrocesso no esquema de soluções.”

“Outra área necessitando de ação enérgica é a de fiscalização de medicamentos. Uma pesquisa mostrou, recentemente, que os dois antibióticos que representaram 63 por cento dos gastos do hospital de Ipanema com este tipo de medicação eram inócuos para a finalidade prescrita em 70 por cento dos casos.

Um laboratório de fiscalização, aparelhado para estudar os medicamentos a serem licenciados estabelecendo seu valor terapêutico específico, bem como seus efeitos colaterais, publicando um relatório periódico dessas análises que pudesse orientar os médicos sobre o assunto poderia minorar o problema. É preciso, porém, ter cuidado para não se cair no problema inversão. Excesso de propaganda sobre os malefícios dos remédios. Por exemplo, a talidomida, que causou tantos dramas pelo seu efeito em gestantes, é o melhor remédio contra a lepra, fazendo parte da lista da CEME que o distribui aos leprosários, alertando contra o seu uso em mulheres grávidas. Esta é a atitude correta, pois, proibir o medicamento, por causa de seu efeito colateral, seria privar os leprosos de uma possibilidade de cura.

ESTRUTURA

O secretário de Tecnologia Industrial, do Ministério da Indústria e Comércio, Walter Bautista Vidal, não se mostra preocupado com os incentivos fiscais dados à indústria estrangeira, porque é de opinião que já é uma grande vantagem produzir a matéria-

prima em território brasileiro. “Exigimos, porém, que seja prevista a produção de matéria-prima de base e não, apenas a última fase de transformação, por exemplo, a Sidney-Ross apresentou um projeto para a fabricação de ácido acetil-salicílico, a partir do ácido salicílico, mas o Conselho de Desenvolvimento Industrial pediu que o projeto fosse revisto, no sentido de fabricar o próprio ácido salicílico, bem como o acetil-salicílico e alguns dos salicilatos derivados.”

Negando que a passagem da parte de pesquisa da CEME para o âmbito do MIC, subordinada à STE, tenha rompido com um dos propósitos básicos da CEME — incentivo à tecnologia nacional, Bautista Vidal argumenta que a indústria farmacêutica, como qualquer outra indústria, precisa de uma infra-estrutura em várias áreas, como equipamentos, máquinas, insumos químicos e petroquímicos, enfim toda uma tecnologia industrial, não seria racional criar todo este sistema, no âmbito do Ministério da Previdência Social, ao qual está vinculado o corpo da CEME, unicamente para servir à indústria farmacêutica, quando o MIC já possui o sistema operando normalmente, e dotado de unidades de pesquisa em pleno funcionamento. Seria uma duplicação de esforços, resultando em atrasos e desperdícios.

O programa de tecnologia industrial do MIC subordina-se a objetivos de natureza estratégica, econômica e social, tentando desenvolver a indústria brasileira, dentro de um sistema racional e integrado. Embora seja baseado em tecnologia externa, também é enfatizada a criação tecnológica brasileira. No caso da indústria farmacêutica a CEME, ao diversificar suas compras de insumos farmacêuticos, vem tentando obter também a transferência de tecnologia, como é o caso de contrato assinado recentemente com a Romênia e possivelmente com a China.